



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 Secretaria Executiva
 Secretaria de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa
 Diretoria de Administração
 Coordenação-Geral de Suporte Logístico
 Coordenação de Infraestrutura
 Divisão de Gestão Operacional

TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Eletrônico - Processo Administrativo: 59000.003506/2020-75

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços técnicos de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de 04 (quatro) elevadores, com fornecimento de peças, a ser executado no edifício Telemundi II, no Setor de Autarquias Sul – SAUS, Brasília/DF, unidade do Ministério do Desenvolvimento Regional, incluindo serviços de emergência, acompanhamento técnico de serviços e vistoria, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR MENSAL MÁXIMO ESTIMADO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO ESTIMADO ACEITÁVEL
1	Serviço de manutenção preditiva, preventiva e corretiva nos 04 (quatro) elevadores do Edifício Telemundi II com fornecimento de todos os elementos necessários.	SV	01	R\$ 4.209,68	R\$ 50.516,16

1.2. O objeto da presente licitação tem a natureza de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

1.3. O quantitativo de equipamentos a serem mantidos são 04 elevadores, fabricação THYSSENKRUPP S/A., linha Frequencydyne, e os respectivos códigos dos elevadores e demais detalhamentos, são discriminados nas tabelas abaixo:

ELEVADOR N° 77009	
Linha	Frequencydyne
Tipo	Passageiro
N. de paradas	17
Capacidade	18 Pessoas
Tipo de abertura	Abertura Central
Máquina	EM-71 X RH
Potência	40Kw 53 hp
Comando	ACS
Cabina	Export Inox
Fundos	Aço inox
Laterais	Aço inox
Portas	Aço inox
Frente	Aço inox
Piso	Rebaixado 30mm
Teto	Aço inox
Velocidade	150m/min. 2.5m/seg.
Tipo de tração	1:1
Peso da máquina	1620Kg
Polia de tração	800mm
Polia de desvio	640
Cabos de tração	4x5/8
Peso da cabina	1928Kg
Peso do contrapeso	2603Kg
Quantidade peso comum	11
Quantidade peso excêntrico	10

ELEVADOR N° 77010	
Linha	Frequencydyne
Tipo	Passageiro
N. de paradas	17
Capacidade	18 Pessoas
Tipo de abertura	Abertura Central
Máquina	EM-71 X RH
Potência	40Kw 53 hp
Comando	ACS
Cabina	Export Inox
Fundos	Aço inox
Laterais	Aço inox

Portas	Aço inox
Frente	Aço inox
Piso	Rebaixado 30mm
Teto	Aço inox
Velocidade	150m/min. 2.5m/seg.
Tipo de tração	1:1
Peso da máquina	1620Kg
Polia de tração	800mm
Polia de desvio	640
Cabos de tração	4x5/8
Peso da cabina	1928Kg
Peso do contrapeso	2603Kg
Quantidade peso comum	11
Quantidade peso excêntrico	10

ELEVADOR N° 77011	
Linha	Frequencedyne
Tipo	Passageiro
N. de paradas	18
Capacidade	14 Pessoas
Tipo de abertura	Abertura Central
Máquina	GLM-30
Potência	15Kw 21 HP
Comando	ACS
Cabina	Export Inox XXI
Fundos	Aço inox
Laterais	Aço inox
Portas	Aço inox
Frente	Aço inox
Piso	Rebaixado 30mm
Teto	Aço inox
Velocidade	150m/min. 1.75m/seg.
Tipo de tração	2:1
Peso da máquina	900Kg
Polia de tração	380mm
Polia de desvio	Não possui
Cabos de tração	8x8
Peso da cabina	1230Kg
Peso do contrapeso	1755Kg
Quantidade peso comum	40
Quantidade peso excêntrico	Não possui

ELEVADOR N° 77012	
Linha	Frequencedyne
Tipo	Passageiro
N. de paradas	18 paradas/19 entradas
Capacidade	14 Pessoas
Tipo de abertura	Abertura Central
Máquina	GLM-30
Potência	15Kw 21HP
Comando	ACS
Cabina	Export Inox XXI
Fundos	Porta oposta
Laterais	Aço inox
Portas	Aço inox
Frente	Aço inox
Piso	Rebaixado 30mm
Teto	Aço inox
Velocidade	105m/min. 1.75m/seg.
Tipo de tração	2:1
Peso da máquina	900Kg
Polia de tração	380mm
Polia de desvio	Não possui
Cabos de tração	7x8mm
Peso da cabina	1230Kg
Peso do contrapeso	1755Kg
Quantidade peso comum	40
Quantidade peso excêntrico	Não possui

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Global**.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze)** meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666 de 1993.

1.5.1. A previsão da possibilidade de prorrogação contratual se justifica em razão de o objeto se enquadrar como serviço de natureza contínua, tendo em vista que compreende a prestação do serviço (obrigação de fazer), sendo um serviço auxiliar, necessário ao Ministério para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção pode vir a comprometer as atividades.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e Objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares - Anexo I (1798246) deste Termo de Referência

2.1.1. A necessidade da contratação do serviço visa atender as necessidades do Ministério do Desenvolvimento Regional mediante contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva, inclusive com fornecimento de peças para 04 (quatro) elevadores da marca THYSSENKRUPP, linha FREQUENCEDYNE, instalados no Edifício Telemundi II; os quais são imprescindíveis como equipamentos de transporte vertical de pessoas e bens, devendo para tanto ser garantida a segurança e a funcionalidade na integração dos 14 (catorze) andares e 04 (quatro) subsolos, mantendo a fluência dos servidores, prestadores de serviços e usuários do prédio.

2.1.2. A contratação afigura-se objetivamente conveniente ao interesse público, necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção possa comprometer a continuidade de suas atividades, ressaltando se tratar de um serviço que abrange as necessidades públicas permanentes.

2.2. As especificações técnicas dos serviços foram feitas em observância às Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT: NBR NM 313: 2007, NBR 13994: 2000 (versão corrigida), NBR 15597: 2010 que dispõe sobre elevadores elétricos de passageiros e requisitos de segurança para construção e instalação, bem como as demais consagradas Normas internacionais no que se refere à manutenção preditiva, preventiva e corretiva, garantindo, desta forma, a segurança dos usuários nessa unidade física do Ministério do Desenvolvimento Regional.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme detalhado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação de serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva, inclusive com fornecimento de peças para 04 (quatro) elevadores, garantindo a segurança dos existentes no Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR - edifício Telemundi II, Brasília - DF.

3.2. Os serviços identificados foram definidos como necessários e imprescindíveis para atender as expectativas do Ministério.

3.3. Todo rol de serviços de manutenção preventiva e preditiva estão detalhadamente descritos no Plano Básico de Manutenção dos Elevadores - Anexo II (1812224).

3.4. Todos os serviços de manutenção corretiva somente serão identificados durante a vigência do contrato, ou seja, são aqueles que porventura apareçam no decorrer da utilização dos elevadores.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019, por possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos pelo edital, por meio de características gerais e especificações usualmente encontradas no mercado.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. A prestação do serviço será por rotina e eventual demanda, não gerando vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.1.2. A demanda tem como base as seguintes características:

5.1.2.1. Qualquer ocorrido que torne os elevadores inoperantes será motivo de demanda de serviços.

5.1.2.2. Não serão aceitas argumentações posteriores de desconhecimento do objeto.

5.1.3. Os serviços serão executados exclusivamente no seguinte endereço:

► **Ed. Telemundi II**, Bloco "H", Quadra 01, Lote 06, Setor de Autarquias Sul - SAUS, Brasília-DF.

5.1.4. Os serviços são únicos (manutenção) e estão agrupados por não haver outra situação possível de contratação. Dessa forma, os itens foram agrupados em lote único, de acordo com suas similaridades, o que proporcionará um ganho de escala, por permitir ao fornecedor detentor do melhor lance ofertar preços bem vantajosos para a Administração Pública na presente contratação. O lote, nos moldes em que se encontra, permite à Administração Pública uma maior economia com o ganho de escala, haja vista que os licitantes poderão vir a ofertar preços mais competitivos, sem restringir a competitividade e ampliando a participação.

5.1.5. A opção pelo agrupamento, em único lote, se faz pela inviabilidade técnica de duas empresas atenderem parte dos itens dentro de um mesmo escopo na execução contratual.

5.1.6. Destaca-se também, que o agrupamento em único lote destina-se viabilizar a gestão do contrato, pela Divisão de Gestão Operacional - DGO, e por serviços serem prestados em conjunto.

5.1.7. Por fim, no que tange ao agrupamento dos itens em único lote visa dar maior celeridade e eficiência, nas etapas procedimentais relativas à licitação, formalização, aquisição, solicitação e recebimento dos materiais, serviços e controle dos atos processuais, com reflexos na economia processual e financeira, além de proporcionar maior atratividade para as empresas licitantes.

5.1.8. A Contratada deverá seguir as recomendações ambientais no que tange ao descarte dos resíduos sólidos resultantes da execução dos serviços, promovendo o descarte adequado, respeitável e consciente (Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS).

5.1.9. O serviço prestado deverá, sempre que possível, seguir as diretrizes de sustentabilidade ambiental, observando-se: menor impacto sobre os recursos naturais; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem; origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados na concepção e elaboração dos materiais e equipamentos, bem como, observar a não utilização de produtos que contenham substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera, conforme Resolução CONAMA Nº 267/2000 (Dispõe sobre a proibição da utilização de substâncias que destruam a Camada de Ozônio).

5.1.10. Dadas as características da pretensa contratação, salvo entendimento contrário, não se aplica neste caso concreto os quesitos de eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, bem como, quadro com soluções de mercado.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas - agendar pelo telefone (61) 2108-1302.
- 6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 6.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 6.4. A Declaração de Vistoria será expedida em duas vias, conforme Anexo IV (1812241) deste Termo, sendo uma via para o controle da COINF e outra para ser incluída na documentação de habilitação do presente certame.
- 6.5. Caso a empresa opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar, para fins de habilitação, a Declaração da não realização da Vistoria, conforme Anexo V (1812254) deste Termo, devidamente assinada pelo responsável técnico da empresa, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este Ministério.
- 6.6. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 6.7. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 6.8. A Declaração de Vistoria ou Declaração da não realização da Vistoria deverá ser parte integrante da "Documentação de Habilitação" e a sua não apresentação será considerada fator de inabilitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica do Plano Básico de Manutenção dos Elevadores - Anexo II (1812224) deste Termo de Referência. Contando mensalmente com uma manutenção preditiva e preventiva, bem como com o serviço de atendimento ao cliente 24 horas nos 07 dias da semana.
- 7.2. A execução dos serviços será iniciada no primeiro dia útil após a assinatura do contrato, no qual a empresa contratada, já deverá estar preparada para os atendimentos emergenciais, os quais serão efetuados via chamada telefônica ou dispositivos de mensagens. E no prazo máximo de 03 dias úteis, a licitante vencedora deverá apresentar o cronograma das visitas/serviços de manutenção preditiva e preventiva mensal.
- 7.3. A empresa contratada deverá executar os serviços de forma eficiente e eficaz, com controle efetivo de custos com gestão dos serviços por parte da Coordenação Geral de Suporte Logístico - CGSL.
- 7.4. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos e de primeiro uso, comprovadamente de primeira qualidade e estarem de acordo com as especificações técnicas pertinentes.
- 7.5. Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente às normas e códigos aplicáveis a cada tipo de serviço, considerando como elemento base para quaisquer serviços ou fornecimentos de materiais e equipamentos as especificações da ABNT, no que couber.
- 7.6. Caso seja necessário execução de serviços fora do horário de expediente, a Contratada deverá apresentar à Administração, com antecedência mínima de 24 horas, a programação de serviços que serão executados, anexando a relação dos empregados designados para a atividade, com locais de trabalho e outras informações necessárias.
- 7.7. Se for necessário a execução de serviços em local fora das dependências do MDR, a empresa será responsável pela retirada e remessa dos equipamentos para conserto, bem como pela posterior reinstalação dos mesmos, devidamente autorizado pela fiscalização indicada pelo MDR, assumindo as despesas com a retirada e devolução dos mesmos, inclusive transporte.
- 7.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo e na proposta, devendo ser corrigidos e/ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 7.9. A manutenção preventiva e preditiva consistirá em manter os elevadores em perfeito funcionamento, por meio de medidas adequadas ou indicadas pelo fabricante, envolvendo inspeções, limpeza interna, lubrificações, regulagens, ajustes mecânicos, elétrico/eletrônicos em todas as partes dos equipamentos, assim como a limpeza nos fossos, de acordo com o período e os serviços discriminados no Plano Básico de Manutenção, em anexo.
- 7.10. A manutenção corretiva consiste em corrigir eventuais defeitos constatados durante a manutenção preventiva ou mediante solicitação da Contratante, sendo os custos dos serviços executados inclusos no valor mensal estipulado.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

- 8.1. A gestão do Contrato será realizada por servidor designado ou por comissão, quando for o caso, a ser definido quando da formalização do contrato.
- 8.2. A Contratada deverá indicar representante apto documental e tecnicamente a ser seu articulador junto ao Servidor/Comissão do parágrafo anterior com plenos poderes para representar a empresa.
- 8.3. Os pagamentos serão realizados após ateste de cada etapa de trabalho concluída (mensalmente) em conformidade com o Plano Básico de Manutenção de Elevadores e as Ordens de Serviços expedidas.
- 8.4. Quaisquer itens em desacordo com as exigências estabelecidas deverão ser substituídos pela CONTRATADA no prazo máximo de 05 dias úteis, sendo retido todo e qualquer pagamento até que a solução esteja concluída.
- 8.5. Se a CONTRATADA deixar de cumprir os prazos e condições propostos no certame licitatório ficará a mesma sujeita às sanções previstas na Lei nº 8.666/93, segundo os artigos 86, 87 e 88 e suas alterações posteriores.
- 8.6. Na hipótese de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar sanções segundo a gravidade da falta cometida.
- 8.7. Durante a execução contratual deverão ser adotados as metodologias estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado - IMR, aquelas indicadas para regular execução do objeto e dentro dos prazos estipulados. Sendo essa metodologia estabelecida no Acordo de Nível de Serviços - ANS - Anexo III deste Termo (1812235).

9. MATERIAIS, PEÇAS E ACESSÓRIOS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar além da mão de obra devidamente capacitada; todos os materiais, peças e acessórios para prestação dos serviços de manutenção, ficando responsável pela sua guarda e transporte, promovendo sua substituição quando necessário, sem ônus para este Ministério. Incluem além das partes físicas, os programas e softwares de automação/atualização, os quais devem ser compatíveis e originais conforme indicação do fabricante.
- 9.2. Somente serão aceitos materiais/ferramentas compatíveis às atividades a desenvolver, devendo ser recusados pela fiscalização/MDR, os que não forem considerados adequados.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1. A edificação é composta de 18 pavimentos: sendo 04 subsolos/garagens e 14 andares com funcionamento das unidades administrativas.
- 10.2. O comprimento total dos ciclos são: elevadores 77009 e 77010 = 45,15 m e elevadores 77011 e 77012 = 47,70 m.
- 10.3. O expediente do Órgão é de 07:00 horas às 21:00 horas, e com uma população estimada de 500 (quinhentas) pessoas.
- 10.4. Indicamos que, no item 1.3 deste Termo de Referência, constam os detalhamentos dos equipamentos nas tabelas.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
 - 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 11.6.4. considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do Contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 11.10. Fornecer à empresa todas as informações necessárias ao desenvolvimento dos serviços a serem executados;
- 11.11. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da CONTRATADA que por incompetência ou indisciplina, perturbe o bom andamento dos trabalhos no MDR;
- 11.12. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;
- 11.13. Cumprir fielmente às Cláusulas avençadas em Contrato;
- 11.14. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não devem ser interrompidas;
- 11.15. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do Contrato;
- 11.16. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando necessário, para execução dos serviços;
- 11.17. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços quando executados em desacordo com o Contrato;
- 11.18. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA;
- 11.19. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 12.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 12.9. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 12.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do Contrato;
- 12.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

- 12.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 12.13. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 12.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.15. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.16. Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;
- 12.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- 12.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 12.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 12.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.21. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.21.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.21.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.22. Efetuar os atendimentos quando forem solicitados durante a vigência do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do recebimento da Requisição de Serviços;
- 12.23. Atender aos chamados de emergência, no máximo em até 2 (duas) horas;
- 12.24. Substituir ou refazer os serviços com falhas ou defeitos, sem qualquer ônus para este Ministério;
- 12.25. Cumprir fielmente as Cláusulas avençadas em Contrato;
- 12.26. Dispor de pessoal qualificado e equipamentos adequados para a execução dos serviços;
- 12.27. Atender às determinações regulares do representante designado por este Ministério, bem como da autoridade superior;
- 12.28. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, seguro de vida, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

Obs.: A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços.

- 12.29. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MDR ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização;
- 12.30. Manter preposto aceito pelo MDR, para representá-la durante a execução do Contrato;
- 12.31. Não ceder ou transferir o Contrato a terceiros, ou quaisquer direitos dele decorrentes;
- 12.32. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ocorrer com seus funcionários ou terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados;
- 12.33. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o MDR;
- 12.34. Responsabilizar-se pelo valor proposto, bem como, todos os custos, lucros, e quaisquer encargos e obrigações fiscais;
- 12.35. Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- 12.36. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados com o mínimo de transtorno para o Ministério do Desenvolvimento Regional devendo para tanto programar junto com a fiscalização;
- 12.37. Fornecer produtos e serviços de primeira qualidade, conforme as orientações contidas nas Especificações Técnicas do presente Termo de Referência;
- 12.38. Executar as tarefas por meio de mão de obra especializada, estando ciente de todas as normas técnicas que regem a atividade;
- 12.39. Fornecer Equipamentos de Proteção Individual-EPI apropriados para o exercício das atividades profissionais e exigidos pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho – SSMT/TEM;
- 12.40. Observar e usar todas as Normas de Segurança e Prevenção de acidentes para o desempenho das funções especificadas;
- 12.41. Executar todos os trabalhos com o uso de mão de obra especializada e qualificada para tal, de acordo com as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como outras normas pertinentes ao objeto deste Termo de Referência, e recomendações do próprio Ministério do Desenvolvimento Regional;
- 12.42. Acatar todas as orientações do Ministério do Desenvolvimento Regional, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 12.43. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 15.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do Contrato;
- 15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;
- 15.4. A fiscalização do Contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;
- 15.6. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;
- 15.9. A fiscalização do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará fazendo uso de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), a ser aplicado em cada ordem de serviço expedida, conforme parâmetros pré-estabelecidos e/ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- 15.9.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 15.9.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 15.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
- 15.12. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;
- 15.13. Em hipótese alguma será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;
- 15.14. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;
- 15.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;
- 15.16. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;
- 15.17. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.18. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017;
- 15.19. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 15.20. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 15.21. Os serviços além dos rotineiros, serão executados, sempre que necessário, mediante emissão de Requisição de Serviços por servidor designado pela Coordenação-Geral de Suporte Logísticos do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- 15.22. Os serviços serão prestados dentro do horário de funcionamento Ministério do Desenvolvimento Regional, de segunda a sexta-feira, das 08hs às 18hs. Poderá, eventualmente, ocorrer também aos sábados, domingos, feriados e fora do horário padrão, de acordo com as necessidades do Órgão.
- 15.23. Os serviços deverão ser realizados com prazo máximo de 24 horas para atendimento normal, e, para ocorrências consideradas urgentes, deverão ser realizados no prazo de até 2 horas.**
- 15.24. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 15.25. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 16.1.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 16.1.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 16.1.2.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arretratos, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.1.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do Contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato.

16.1.4. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.1.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.1.6. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao Gestor do Contrato.

16.1.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao Gestor do Contrato para recebimento definitivo.

16.1.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.1.9. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o Recebimento Provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.1.10. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos a partir do Recebimento Provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o Recebimento Definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.1.10.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.1.10.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.1.10.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

16.1.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em Contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

16.1.12. O Gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.2. Durante a execução contratual, deverão ser adotados as seguintes metodologias de avaliação da execução dos serviços:

Instrumento de Medição de Resultado - IMR:

Item	Ocorrências	Pontuação
1	Atraso na entrega dos serviços superior aos prazos estipulados no Termo de Referência	3
2	Entrega do serviço mal executado, totalmente ou em parte, ou fornecimento de quaisquer materiais que não estejam de acordo com as exigências, ou aquele que não seja comprovadamente original e novo, assim considerado os de primeiro uso, conforme determinado.	2
3	Não substituição do material eventualmente fora da especificação, com defeito de fabricação ou vício de funcionamento no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, conforme estabelecido.	3
4	Não utilização de ferramentas e acessórios recomendados pelos fabricantes, na prestação de serviços, conforme estabelecido.	1
5	Substituição de peças por outras de material ou marca diferentes, ou não similar, aos existentes no MDR.	2

Mensuração:

Pontuação	Correspondência
1	Glosa de 0,5% sobre o valor da fatura por serviço
2	Glosa de 1,0% sobre o valor da fatura por serviço
3	Glosa de 3,0% sobre o valor da fatura por serviço

16.3. Todo procedimento executado em desacordo com as características dos serviços descritos neste Termo será registrado pela CONTRATANTE, que notificará a CONTRATADA, atribuindo ponto para as ocorrências de acordo com o acima descrito.

16.4. Para cada descumprimento em relação a um dos itens no IMR poderá ser efetuada glosa, proporcional à gravidade do evento.

16.5. As glosas poderão cumular-se entre si, sem prejuízo das demais sanções previstas neste instrumento e no Edital.

16.6. A reincidência poderá ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de penalidade.

16.7. A aplicação de sanções à CONTRATADA por inexecução parcial do Contrato poderá ser acumulada às demais glosas relacionadas nesta seção.

16.8. A glosa terá como referência o valor da fatura do serviço que teve a ocorrência registrada.

16.9. A glosa poderá ser realizada a qualquer tempo, a partir da identificação de sua causa.

16.10. A glosa referente ao descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado ficará limitado a 10% (dez por cento) sobre o valor da fatura do serviço que teve a ocorrência registrada.

16.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16.12. A CONTRATADA obrigará-se a entregar os serviços estritamente de acordo com as especificações constantes no Contrato, responsabilizando-se pelo refazimento total ou parcial, na hipótese de se constatar defeitos na execução ou estiver em desacordo com as especificações acordadas.

16.13. O refazimento dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da notificação escrita emitida pela fiscalização da CONTRATANTE.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do Recebimento Definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.6.1. o prazo de validade;

17.6.2. a data da emissão;

17.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.6.4. o período de prestação dos serviços;

17.6.5. o valor a pagar; e

17.6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

17.8. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

17.8.1. não produziu os resultados acordados;

17.8.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.8.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.10. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

17.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.16. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

17.18. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) $\left(\frac{6}{100} \right)$ I = 0,00016438

I = 365

TX = Percentual da taxa anual - 6%

17.20. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, e após emissão de parecer positivo por parte da equipe de fiscalização/MDR, que emitirá um Atestado de Recebimento dos Serviços.

17.21. Após a conclusão dos serviços e após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura, a fiscalização/MDR deve, em até 05 (cinco) dias úteis, vistoriar e analisar os serviços executados a fim de aprová-los ou desaprová-los.

17.22. A aprovação ou reprovação dos serviços executados se dará por meio da emissão de Atestado de Recebimento dos Materiais e Serviços – ARMS, ou por emissão de Nota Técnica – NT.

17.23. Parecer positivo aprovará os serviços executados. Neste caso o pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após emissão do ARMS ou da NT.

17.24. Em caso de parecer negativo, o recebimento dos serviços será reprovado, e o ARMS ou a NT serão acompanhadas de uma Solicitação de Reparos – SR, onde deverá constar uma lista com as observações e as correções que devem ser feitas. Após a emissão da SR, a licitante vencedora deverá executar os reparos necessários em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de recebimento da SR. Após os reparos, os serviços serão novamente submetidos a aprovação, refazendo-se os procedimentos descritos nos itens 21.2 a 21.4. O pagamento será efetuado somente mediante parecer positivo expresso no ARMS ou na NT, referente às correções solicitadas.

18. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

18.1. Considerando a natureza do objeto contratual, o qual é a prestação dos serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva. Não haverá antecipação de pagamento.

19. DO REAJUSTE

19.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA acumulado no período exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

20.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

20.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

20.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

20.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.12. Será considerada extinta a garantia:

20.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

- 20.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 20.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.
21. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 21.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.3. falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- 21.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal.
- 21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 21.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 21.2.2. **Multa de:**
- 21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato;
- 21.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 21.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 21.5. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 21.6. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.
- 21.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;
- 21.8. As sanções previstas acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as multas, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 21.9. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2 abaixo:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03

4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.10. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.10.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.10.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.10.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.12. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.13. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.14. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.16. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.17. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.18. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.19. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.3.1. apresentação pelo menos um atestado de capacidade técnica onde comprove que a licitante tenha executado, ou está executando a contento, serviços compatíveis e pertinentes ao objeto deste Termo de Referência.

22.3.1.1. serão considerados serviços compatíveis e pertinentes aqueles que comprovem a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em, no mínimo 2 (dois) elevadores, em um mesmo complexo de edifícios, com, no mínimo 4 paradas.

22.3.2. registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, na modalidade engenharia mecânica;

22.3.2.1. caso a licitante seja de outra praça e não apresenta a Certidão de Registro do CREA-DF, deverá apresentar, antes da assinatura do contrato, Certidão de Visada pelo CREA-DF, de acordo com o art. 69, da lei 5.194, de 24/12/66 e resolução 413, de 27/06/97 - CONFEA.

22.3.3. comprovar pertencer ao ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, através do cartão CNPJ, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado na Junta Comercial.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preço serão:

22.4.1. O Valor Máximo Global Anual Estimado é de **R\$ 50.516,16** (cinquenta mil, quinhentos e dezesseis reais e dezesseis centavos);

22.4.2. O critério de julgamento da proposta será o de menor preço global, porém, a proposta não poderá conter desconto superior a 51% (cinquenta e um por cento) do valor máximo global anual estimado, ou seja abaixo do valor de **R\$ 24.752,88** (vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e oito centavos). As propostas com valores inferiores ao mínimo indicado serão consideradas de preço inexequível.

22.4.3. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

23.1. O custo mensal máximo estimado da contratação dos serviços de manutenção é de R\$ R\$ 4.209,68 (quatro mil, duzentos e nove reais e sessenta e oito centavos).

23.2. O custo mensal mínimo aceitável para a contratação dos serviços de manutenção é de R\$ 2.062,74 (dois mil, sessenta e dois reais e setenta e quatro centavos).

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1. Deverá ser disponibilizado recursos orçamentários (anual) da ordem de R\$ 50.516,16 (cinquenta mil, quinhentos e dezesseis reais e dezesseis centavos).

24.2. As despesas decorrentes da execução dos serviços correrão por conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2020, a cargo do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, cujo Programa de Trabalho, Fonte de Recursos e Elemento de Despesa constarão da respectiva Nota de Empenho.

24.3. A natureza da atividade a ser contratada constitui atividade de custeio.

24.4. A Contratação está dentro dos limites previstos no Decreto nº 7.689/2012.

24.5. As despesas com os serviços ocorrerão dentro do crédito orçamentário do exercício de 2020 e anos subsequentes.

25. DA SUSTENTABILIDADE

25.1. O Edital decorrente deste Instrumento deverá observar em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental. Dentre as recomendações observar-se-á, no que couber, os seguintes critérios elencados na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG):

25.1.1. A Contratada para a prestação dos serviços deverá pautar-se em boas práticas de sustentabilidade, além de adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

25.1.2. A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

25.1.3. Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis.

25.1.4. Orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pela Contratante, de acordo com a Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 5.940/06. Dê preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis.

25.1.5. Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo tanto de água quanto de energia.

25.1.6. Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como evitar o uso de extensões elétricas, em conformidade com a Lei de eficiência energética nº 10.295/01, Decreto nº 4.131/02, Portarias INMETRO nº 289/06 e nº 243/09.

25.1.7. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, e prever a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas inservíveis, pois seus resíduos são utilizados para fabricação de vidros, tintas, cerâmicas, e segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30/06/99.

25.1.8. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços e realizar programas internos de treinamento e orientação de seus empregados, nos primeiros meses de execução contratual, para as práticas de sustentabilidade, observadas as normas ambientais vigentes.

26. ANEXOS

26.1. São anexos a este Termo de Referência:

26.1.1. ANEXO I - Estudos Preliminares DGO (MDR) (SEI 1798246);

26.1.2. ANEXO II - Plano Básico de Manutenção dos elevadores (SEI 1812224);

26.1.3. ANEXO III - Acordo de Nível de Serviços (SEI 1812235);

26.1.4. ANEXO IV - Declaração de Vistoria (SEI 1812241);

26.1.5. ANEXO V - Declaração da não realização de Vistoria (SEI 1812254);

26.1.6. ANEXO VI - Modelo de Ordem de Serviço (SEI 1812275).

Submeto o presente Termo à apreciação e aprovação do Senhor Diretor de Administração.

Brasília, 19 de junho de 2020.

ANTÔNIO EURÍPEDES ROSA	LUIZ CARLOS CHAGAS FELIPE
Engenheiro - MDR	Engenheiro - MDR
De acordo. Encaminha-se para aprovação superior.	
JAIR GONÇALVES FERREIRA	
Coordenador de Infraestrutura Substituto	

APROVO o Termo de Referência, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviços técnicos de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de 04 (quatro) elevadores, com fornecimento de peças, a ser executado no edifício Telemundi II, para suprir as necessidades do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, em Brasília/DF, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ROMEUE MENDES DO CARMO
Diretor de Administração



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Euripedes Rosa, Engenheiro(a)**, em 19/06/2020, às 10:24, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos Chagas Felipe, Engenheiro(a)**, em 19/06/2020, às 10:38, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jair Gonçalves Ferreira, Coordenador(a) de Infraestrutura, Substituto(a)**, em 19/06/2020, às 10:49, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Romeu Mendes do Carmo, Diretor(a) de Administração**, em 19/06/2020, às 11:29, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1905570** e o código CRC **DA06B6A5**.